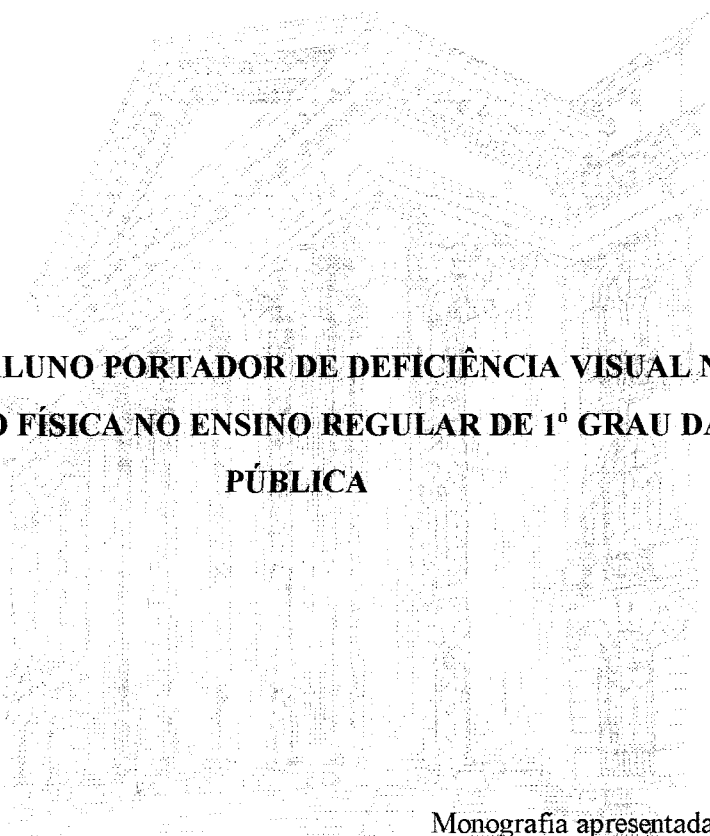


ANDRÉ JUSTINO ALVES



**A INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR DE 1º GRAU DA REDE
PÚBLICA**

Monografia apresentada como
requisito parcial para conclusão do
Curso de Licenciatura em Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1998

ANDRÉ JUSTINO ALVES

**A INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR
DE 1º GRAU DA REDE PÚBLICA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Professora orientadora: Ruth Eugênia Cidade e Souza.

CURITIBA

1998

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus
pelo Dom da Vida e de poder chegar até aqui

Agradeço aos professores:
Wagner de Campos
Elisabeth Tezza
Ruth Eugênia Amarante Cidade
pela sabedoria que me passaram

Agradeço aos entrevistados, professores e alunos,
pois sem eles o trabalho não seria possível

Agradeço aos amigos, em geral,
são eles que me deram força e coragem
para continuar o caminho.

DEDICATÓRIA

Este trabalho só aconteceu em decorrência do apoio da minha família.

Foram eles que estiveram ali, ao meu lado, quando eu mais precisei.

Por isso, esta monografia é dedicada a vocês, queridos familiares.

SUMÁRIO

RESUMO	v
1.0. INTRODUÇÃO	01
1.1. Problema.....	01
1.2. Delimitação.....	02
1.3. Justificativa.....	02
1.4. Objetivos.....	03
2.0. REVISÃO DE LITERATURA	04
2.1. Educação especial.....	04
2.1.1. Quem são os alunos especiais	04
2.2. Deficiência visual.....	07
2.2.1. Histórico da deficiência visual.....	07
2.2.2. Classificação.....	08
2.2.3. Causas.....	09
2.2.4. Características psicomotoras dos alunos com deficiência visual.....	11
2.3. Educação física especial.....	13
2.3.1. O desporto nas aulas de educação física.....	13
2.3.2. Educação física para o deficiente visual.....	15
3.0. METODOLOGIA	20
4.0. RESULTADOS	21
5.0. CONCLUSÃO	28
ANEXOS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar o preparo do professor de educação física e como está o atendimento do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física no ensino regular.

Pesquisou-se seis escolas e verificou-se que os professores ainda não têm preparo para incluir o aluno com deficiência visual em suas aulas, assim como pode-se observar a diferença de comportamento dos professores entrevistados que têm alunos com deficiência e dos que não têm, isto é, há afirmação de que a inclusão deve ocorrer já com o aluno na escola.

Sobre o questionário dos alunos com deficiência visual, constatou-se que estes não estão participando das aulas de educação física, a não ser quando é na sala ou são jogos como dominó e dama. Ainda, há preconceito em relação ao deficiente visual no ensino regular por parte dos outros alunos, por não haver preparo.

Com relação às aulas de educação física, o professor de educação física deve estar preparado e determinar as necessidades do aluno com deficiência visual, trabalhando em cima delas. Convém escolher atividades que não prejudiquem o aluno com deficiência visual em favor do aluno sem deficiência, pois a perda total ou parcial da visão não significa que está impedido da prática da educação física escolar.

Portanto, o aluno com deficiência visual necessita participar das aulas de educação física junto com os demais, desde que o professor tenha um melhor preparo, que a escola se adapte a este aluno e que os demais alunos também sejam preparados para receber este aluno.

1.0. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMA

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, Capítulo V - Da Educação Especial, Art. 58, no qual encontra-se que, "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais", é necessário uma reflexão sobre esta proposta.

A educação inclusiva, como é chamado este processo de atender, no mesmo grupo, pessoas com e sem necessidades especiais, apresenta objetivos como: "- integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade; - expansão do atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede regular governamental de ensino; - ingresso do aluno portador de necessidades educativas especiais em turmas do ensino regular, sempre que possível; - apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais; - conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno de educação especial nas escolas da rede regular de ensino; - integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas de educação especial; - integração das equipes de planejamento da educação comum com os de educação especial, em todas as instâncias administrativas e pedagógicas do sistema educativo; - desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho" (SEED/DEE, 1994, p. 09-10).

Como se pode observar, a inclusão já está imposta e, o que é mais grave, não foi questionado se há condições para este processo. É necessário rever se os instrutores e professores possuem informação e se foram formados neste tipo de ensino particular. Por outro lado, se bem imposta, a inclusão só tem a auxiliar os portadores de necessidades educativas especiais, entre eles, o deficiente visual.

Nesta medida, o problema a ser analisado neste trabalho será: A escola de ensino regular de 1º grau, em especial o professor de educação física, estão preparados para receber o aluno portador de deficiência visual?

1.2. DELIMITAÇÃO

A pesquisa de campo será efetuada nas escolas da rede pública de ensino de 1º grau que possuem alunos deficientes visuais e outras não, por meio de entrevista com os professores de educação física e com alunos portadores de deficiência visual.

1.3. JUSTIFICATIVA

O interesse neste trabalho surgiu, primeiramente, pelo trabalho profissional em aulas de educação física, realizado em escolas da rede pública de ensino e por ter assistido a uma palestra sobre educação física adaptada.

Como a clientela atendida na escola é muito heterogênea e por saber da existência da inclusão, nasceu a preocupação de saber como atender um aluno com deficiência visual juntamente com outros de visão normal, nas aulas de educação física.

Esta preocupação prioriza a forma de tratamento a estes alunos, a adaptação da escola, a discussão com os alunos sem problemas visuais, ou seja, o questionamento de como deve ser a postura profissional perante o aluno com deficiência visual, bem como com toda classe. Busca-se ainda a forma de como se apresenta a relação do aluno com deficiência visual com os demais alunos e com o professor de educação física.

Observa-se ainda que podem aparecer defasagens em todo o desenvolvimento do aluno, desde o social, afetivo cognitivo e psicomotor. Mas, é necessário observar que, como afirma MENESCAL (1990): “essas defasagens, quando apresentadas, o são de maneira mais acentuada na área motora e se dão, não por um déficit anátomo-fisiológico do sistema motor inerente ao portador de deficiência visual, mas sim pela limitação de experiências motoras em diversos níveis”.

Portanto, é de extrema necessidade conhecer o deficiente visual para saber qual a melhor forma de atuação. Mas também é importante saber que a educação física só trará benefícios a este aluno que já é tão desprezado pela sociedade. Por outro lado, é preciso que as aulas de educação física sejam bem conduzidas para que, de fato, ocorram benefícios tanto para os alunos com deficiência visual como para os com visão normal e ainda para o professor, haja visto que o enriquecimento proporcionado por esta vivência é muito valioso e necessário. Dessa forma, este estudo contribuirá com muito para melhorar a prática pedagógica.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral:

Analisar o preparo da escola e do professor de educação física para o atendimento do aluno com deficiência visual.

1.4.2. Objetivos Específicos

- Relacionar a prática da Educação Física Adaptada e a melhoria na qualidade de vida de educandos com deficiência visual.
- Verificar a qualidade da infra-estrutura física das escolas e sua adequação para o atendimento do aluno com deficiência visual no ensino regular.
- Observar a qualidade e o nível de capacitação dos docentes, em relação ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.
- Verificar procedimentos que venham a melhorar o processo de inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais.

2.0. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial no Brasil, que se torna oficializada a partir da década de 70, segue de princípios democráticos de igualdade e respeito à dignidade, e norteia sua ação pedagógica nos princípios incorporados e difundidos por significativos movimentos internacionais, ou seja, princípio da normalização, da individualização e da integração.

2.1.1. Quem são os alunos especiais

Fazendo uma análise histórica do portador de necessidades especiais, como é tratado hoje, percebe-se que levou muito tempo para que uma fagulha de esperança para o processo de igualdade entre as pessoas normais e as portadoras de deficiência. Antes, era vista como eugenia, isto é, a deficiência era uma degeneração da raça humana, pois não eram perfeitos, sendo então condenados à morte. Na idade média, com a mudança de visão, a deficiência era tratada com preconceito, utilizando-se de termos pejorativos, que induziam a segregação, cujo lugar para eles seriam hospitais psiquiátricos, isolados de todos. Hoje, os deficientes são vistos como pessoas que apresentam alguma limitação em determinada área, sendo então, chamados de “pessoas portadoras de necessidades especiais”.

“Com esta mudança conceptual, passaram a ser vistas como seres integrantes de uma sociedade, capazes de agir e interagir socialmente com os demais membros, de desenvolver sua criatividade, de sensibilizarem-se diante dos fatos, de executarem tarefas diversas, de terem direito aos benefícios da ciência, da tecnologia e do acesso ao trabalho, cultura e esportes” (SEED / DEE, 1994, p. 24).

Nesta medida, alunos especiais são aqueles que apresentam necessidades educativas especiais próprias, isto é, que necessitam de recursos pedagógicos e metodologias específicos.

Estes alunos especiais são chamados, hoje, de pessoas portadoras de necessidades especiais e, para melhor elucidar, define-se da seguinte forma: “O Portador de Necessidades Especiais é aquele que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, de condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para se desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades” (MEC / SEESP, 1994, p. 22-23).

São classificados, conforme MEC / SEESP (1994, p. 13), como: portadores de deficiência mental; portadores de deficiência visual; portadores de deficiência auditiva; portadores de deficiência física; portadores de deficiência múltipla; portadores de condutas típicas (problemas de conduta); portadores de altas habilidades (superdotados).

O portador de deficiência mental é aquele que apresenta “funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade” (MEC / SEESP, 1994, p. 15). Esta clientela é a que mais vem interessando as pesquisas sendo também o grupo mais numeroso. É necessário que se veja o portador de deficiência mental não pelo aspecto de suas deficiências, mas como uma pessoa que apresenta potencialidade e competência.

O portador de deficiência visual é aquele que apresenta “redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica” (MEC / SEESP, 1994, p. 16). Esta deficiência pode se apresentar de duas formas, levando-se em conta a medida de acuidade visual: - cegueira (perda total ou resíduo mínimo de visão); - visão reduzida (resíduo visual que permite a pessoa ler impressos, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos).

O portador de deficiência auditiva é aquele que apresenta “perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido” (MEC / SEESP, 1994, p. 14). Pode se apresentar de duas maneiras: - surdez leve / moderada (perda auditiva de até 70 decibéis, mas a pessoa percebe a voz humana); - surdez severa / profunda (perda auditiva acima de 70 decibéis,

que impede a pessoa de entender, com ou sem aparelho, a voz humana). Necessitam de métodos próprios para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento da fala e linguagem.

A deficiência física é “uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênitas ou adquiridas” (MEC / SEESP, 1994, p. 14). Constituem um grupo heterogêneo, chegando, segundo estimativas, a 2% da população, cuja deficiência nem sempre afeta a parte mental, mesmo que haja uma invalidez.

A deficiência múltipla é “a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/ visual/ auditiva/ física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa” (MEC / SEESP, 1994, p. 15).

Os portadores de altas habilidades (superdotados) são aqueles que apresentam um “notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes, capacidade psicomotora” (MEC / SEESP, 1994, p. 16). Apresenta precocidade em seu desenvolvimento global, mas necessita de acompanhamento em seu caminho, sempre buscando um enriquecimento curricular.

O portador de condutas típicas é aquele que apresenta manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado” (MEC / SEESP, 1994, p. 13-14). As perturbações na área de condutas típicas são as que mais se deseja focar - perturbações por déficit de atenção ou hiperatividade.

O portador de altas habilidades é aquele que tem “notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: - capacidade intelectual geral - aptidão acadêmica específica -

pensamento criativo ou produtivo – capacidade de liderança – talento especial para artes – capacidade psicomotora” ” (MEC / SEESP, 1994, p. 13).

2.2. DEFICIÊNCIA VISUAL

A Política Nacional de Educação Especial tem preconizado a educação com qualidade como direito de todos, buscando assegurar o acesso e permanência dos portadores de necessidades especiais no sistema geral de ensino. Entretanto, a prática da integração dos portadores de deficiência visual no Brasil está muito distante do idealizado, talvez por razões sócio-econômicas e culturais, e, principalmente, pela falta de serviços e recursos da área médico, oftalmológica e educacional que possibilitem o atendimento de qualidade. (BRUNO, 1997, p. 7).

Nesta medida, é necessário que se entendam alguns conceitos sobre a deficiência visual, objeto de estudo desta pesquisa, dentre outros conceitos que serão apresentados no decorrer do trabalho.

Dos sentidos humanos, talvez o da visão seja o que apresenta maior complexidade e riqueza de detalhes. É sabido que 80% das informações que se recebe no meio externo são captados pelo sistema visual, portanto, qualquer comprometimento maior nesse órgão receptor pode prejudicar, em grande escala, o desempenho de várias atividades.

Segundo NABEIRO (in DE PAU, 1996), deficiência visual corresponde à perda parcial ou total da visão. Sendo cegueira total a incapacidade de ler impresso grande, com aumento; e a visão parcial a capacidade para ler impresso através do uso de livros de impressão grande e/ou aumento.

2.2.1. Histórico da deficiência visual

Desde a antigüidade, na Grécia e em Roma, até a Idade Média, todas as crianças que nasciam cegas eram abandonadas nas ruas e raramente sobreviviam. Somente a partir do século XI esta prática foi proibida pela Igreja.

Até o século XVIII era difícil estabelecer o número de crianças cegas em relação à população, face à elevada mortalidade infantil. Os cegos que sobreviviam eram considerados débeis mentais e alguns até vistos como profetas, portadores de visão interna.

Somente no final do século XVIII começou a surgir interesse pela educação das crianças cegas. O francês Valentin Haüy foi o primeiro a se interessar pelo problema, ao obter de Luiz XVI a criação de uma entidade estatal para cuidar desse tipo de deficiência.

Em 1843, construiu-se na França, um prédio especial que se tornou o atual Instituto Nacional de Crianças Cegas. E em 1889, foi inaugurada em Saint Mandé a Escola Braille, cujos objetivos eram instruir os cegos e sobretudo dotá-los de um ofício. Na mesma época, nomeou-se um professor de Ginástica, Aimé Recepté, que foi o primeiro a elaborar um programa de Educação Física para cegos (RIBEIRO, 1990, in OLIVEIRA, 1994, p. 10).

Portanto, o interesse e respeito pela pessoa com deficiência visual são recentes, mas ainda hoje se percebe, como no Anexo 01, no qual os alunos com deficiência visual sentem preconceitos a seu respeito.

2.2.2. Classificação

De forma clínica, os critérios para descrição da capacidade visual são: “portadores de cegueira: acuidade visual inferior a 0,05 (referência tabela de Snellen), em ambos os olhos, após a máxima correção óptica possível. Campo visual inferior a 20° e portadores de visão subnormal: acuidade visual de 0,05 a 0,3 em ambos os olhos, com a melhor correção óptica”. (BRUNO, 1997, p. 7).

Já para NABEIRO (1992 in DE PAU, 1996), a classificação clínica apresenta-se da seguinte forma - baseada na perda visual após correção – (escala Snellen):

- Cegueira legal: é a acuidade visual de 20/200 ou menor no melhor olho com correção, ou um campo visual não maior que 20 graus;
- Visão de percurso: é a acuidade visual de 5/200 até 10/200;
- Percepção de movimento: é a acuidade visual de 3/200 até 5/200;
- Cegueira total: é a incapacidade de distinguir uma luz forte na direção de seus olhos.

Do ponto de vista educacional, têm-se considerados portadores de deficiência visual, após a avaliação funcional da visão os:

- portadores de cegueira: “ausência total de visão até a perda da projeção de luz. O processo de aprendizagem se dará através da integração dos sentidos: tátil,

cinestésico, auditivo, olfativo, gustativo, utilizando o Sistema Braille como meio principal de leitura e escrita”.

- portadores de visão subnormal: “desde condições de indicar a projeção de luz até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. O processo educativo se desenvolverá por meios visuais ainda que seja necessária a utilização de recursos específicos” (BRUNO, 1997, p. 7).

E ainda NABEIRO (1992 in DE PAU, 1996), apresenta a classificação esportiva, a qual serve para competição:

- B1 – desde a inexistência de percepção luminosa em ambos os olhos, até a percepção luminosa, mas com incapacidade para reconhecer a forma de uma mão a qualquer distância ou direção.

- B2 – desde a capacidade para reconhecer a forma de uma mão, até acuidade visual de 2/60 e/ou campo visual inferior a 5 graus.

- B3 – desde uma acuidade visual superior a 2/60 até 6/60 e/ou campo visual entre 5 e 20 graus.

Há também um outro fator importante relacionado a classificação da deficiência visual:

- congênita: indivíduos que nasceram com a deficiência visual ou a adquiriram até os seis anos;

- adquirida: indivíduos que adquiriram a deficiência após os seis anos.

Inclui-se este tópico neste estudo por achar necessário saber que a deficiência visual congênita apresenta, em muitos casos, uma prevenção, mas que não é feita.

2.2.3. Causas

As principais causas da cegueira e de outras deficiências visuais têm sido relacionadas em amplas categorias, incluindo doenças infecciosas, acidentes e ferimentos, envenenamentos, tumores, doenças gerais e influências pré-natais, inclusive a hereditariedade. Outras causas da deficiência visual, de natureza predominantemente hereditária, como a catarata, a atrofia do nervo ótico e o albinismo continuam sendo razoáveis em qualquer faixa etária. Os fatores hereditários ainda são uma causa de deficiência visual muito mais

freqüentemente do que as doenças e os acidentes, sendo que ambos parecem estar declinando devido a medidas mais eficazes do controle e educação. Por isso, as enfermidades que podem causar problemas visuais são:

- glaucoma: se origina do aumento da pressão sangüínea do olho causada por um defeito do mecanismo de drenagem através do qual o humor aquoso é eliminado do olho. O dano causado pelo glaucoma é irreversível, por isto a detecção precoce é muito importante já que a maioria dos casos pode ser controlados com medicamentos ou com cirurgia.

- Cataratas: são opacificações (nebulosidades) do cristalino que normalmente é transparente. Variam de pequenas opacificações, que quase nada interferem na visão, até áreas densas que causam grande impedimento visual. A cirurgia é, até o momento, o único tratamento reconhecido. As cataratas podem ser: - senis; - congênitas; - traumáticas; - secundárias.

- degeneração macular: a causa desta condição ocular é o envelhecimento ou a alteração dos vasos sangüíneos da mácula. Essa degeneração leva a perda progressiva da visão central e não afeta a visão periférica, por isso não causa a cegueira total.

- retinopatias: refere-se à aparição de diversas doenças que afetam a retina. A mais comum é a diabetes, a alta pressão arterial e o endurecimento das artérias. Essas enfermidades afetam a circulação normal do sangue na retina e dos fluidos do olho.

- retinite pigmentar: é um tipo de perda de visão progressiva e hereditária que se associa com a cegueira noturna. Na maioria dos casos, a lenta perda dos pigmentos causa redução do campo visual e finalmente pode levar a alterações da visão central.

“De acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação/ Provopar/ Curitiba/ 1987 no Estado do Paraná, existem hoje mais de 100 mil pessoas cegas, sendo que as causas mais freqüentes as cegueira infantil são: 26% - toxoplasmose congênita; 21% - fibroplasia retrolental; 15% - hipóxia perinatal; 10% - rubéola congênita; 09% - glaucoma congênito; 03% - distúrbios genéticos – cromossômicos; 02% - sífilis congênita; 02% - acidentes; 02% - ambliopia secundária a estrabismo; 01% - tumores oculares” (DE PAU, 1996, p. 7)

Mas muitos destes problemas poderiam ser evitados. Segundo dados da Secretaria da Educação/ Provopar/ Curitiba, 1987, in DE PAU, 1996), mais de 80% das crianças cegas poderiam ser “normais” se algumas medidas preventivas tivessem sido aplicadas, tais como: exames pré-natais; aconselhamento genético; vacina na jovem adolescente contra rubéola; vacinação correta da criança; cuidados com acidentes domésticos, dentre outros.

2.2.4. Características psicomotoras dos alunos com deficiência visual

A formação da personalidade do deficiente é outro ponto em comum e que reflete atualmente atenção pela importância que assume no tratamento reabilitativo. “As crianças deficientes possuem as mesmas necessidades que as crianças sem problemas: necessidades afetivas, sociais, físicas e intelectivas. Possuem um grande potencial que necessita ser despertado e acreditado. Precisam conviver em sociedade e desfrutar dos benefícios que o bem social proporciona ao homem” (ROSADAS, 1991, p. 4).

Compreendendo a pessoa com deficiência visual como, antes de mais nada, um ser humano complexo, percebe-se que a lesão de um canal sensitivo como o visual não deve ser entendido como determinante definitivo do seu comportamento. É claro que a deficiência visual, independente de seu grau, vai interferir na vida dessas pessoas, embora se acredite na capacidade de auto-superação do ser humano.

Em consequência disso, toda a realização de atividade que envolva movimento e implique na orientação espacial é fundamental para a pessoa com deficiência visual, pois. Poder ir ao encontro de alguém ou a algum lugar é o que torna possível a sociabilização e a integração com o mundo externo, e, sem dúvida, o que de futuro lhe permitirá um alto grau de autonomia.

Uma criança que é cega desde o nascimento, mas que possua potencialidades motoras e intelectuais perfeitas, mesmo assim encontrará obstáculos intransponíveis, porque apesar da utilização dos sentidos remanescentes como a audição, o tato e o olfato, estará privada de todas as informações visuais necessárias à construção de sua personalidade e, principalmente, de sua representação mental do mundo.

“As criança que são cegas ou têm uma visão muito baixa não têm controle corporal, equilíbrio estático, coordenação e agilidade normais. Muitas destas crianças são superprotegidas pelos pais, amigos e professores. Conseqüentemente, elas não têm oportunidades de realizar movimentos ativos durante a infância” (ADAMS, 1985, p. 172). Nesta medida, é preciso sempre dar oportunidade de movimentos, bem como estimular todas as possibilidades da criança.

Outra característica é sobre a postura inadequada. Muitos adotam um porte defeituoso por causa de sua dificuldade ou incapacidade para ver. Muitos têm a tendência de inclinar-se para a frente com os braços estendidos para evitar o encontro dos objetos. São ainda, muito tensas e andam rigidamente com a cabeça inclinada para trás.

Como é por meio da visão que se conhece o espaço que rodeia as pessoas, possibilitando o acesso a certas noções difíceis às pessoas cegas, como por exemplo, as noções de grandes massas, de volume, de distância, de linha reta, entre outras. Embora a pessoa cega possa explorar uma grande massa através do tato, ela jamais terá a imagem global exata, a representação precisa do que seja uma casa ou uma montanha ou um mar.

Na opinião de MENESCAL (1990), a possível defasagem não será inerente à condição de cego, mas sim decorrente da própria problemática de realização motora. Quanto menos a criança cega interagir fisicamente no ambiente, menos experimentará situações de aprendizagem, menos se relacionará com o ambiente e com as pessoas, e possivelmente se fechará em seu mundo particular, já restrito pela falta de informações visuais. Novamente destaca-se a importância da estimulação e facilitação de atividades motoras dirigidas ao pleno desenvolvimento global da criança cega.

É por estes motivos que a cegueira implica na privação de informações importantes e é por isso que as crianças cegas, em geral, têm atraso psicomotor, necessitando de intensa estimulação motora, principalmente nos primeiros anos de vida, mas também no decorrer dos anos. Afirma-se isto pois a criança portadora de deficiência visual necessita, mais do que as outras, sentir o prazer de se movimentar e de saber como fazê-lo de diferentes formas. Para tanto, é

preciso ensiná-la, pois caso contrário, ela terá um mundo limitado e nunca se sentirá segura nele.

Portanto, devem ser estimulados os jogos e esportes vigorosos e ativos para as crianças com visão seriamente comprometida. E ainda, exercer o direito de ir e vir, ou seja, poder se locomover com segurança e autonomia é, para os portadores de deficiência visual, um fator de independência e de afirmação. Na verdade, se é necessário ensinar uma criança cega a andar, ela o fará sozinha. O que precisa sim, é possibilitar-lhe o maior número possível de situações em que a coordenação motora seja desenvolvida e com isso, ampliar o acervo de suas atividades motoras. Conseqüentemente, está se permitindo uma sociabilização mais facilitada e uma melhora na condição motora desta criança.

2.3. EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

2.3.1. O desporto nas aulas de educação física

A finalidade primordial da educação é auxiliar na formação integral do indivíduo. Deve iniciar no nascimento e continuar por toda a sua vida, proporcionando o desenvolvimento físico e mental de acordo com sua idade mental, cronológica e motriz. O esporte exerce papel fundamental no desenvolvimento somático, funcional da criança, baseado em métodos e normas que respeitem a individualidade de cada um, bem como suas capacidades e limitações.

A importância do esporte para o deficiente é inquestionável, com resultados benéficos em termos físicos, mentais, psicomotores e sociais. Um programa esportivo quando feito adequadamente, baseado sempre na etapa mental, cronológica e motora da criança, propicia um desenvolvimento orgânico mais satisfatório pela melhoria cardiovascular, maior oxigenação devido a uma respiração mais correta, inspirando e expirando volume de ar suficiente, tônus muscular propiciando um ajuste postural, maior agilidade, flexibilidade e ampliação dos movimentos, bem como proteção dos órgãos. Auxilia no esquema corporal (conhecimentos das partes do corpo), coordenação dinâmica geral (motora grossa e fina), equilíbrio estático e dinâmico, dominância lateral,

orientação e estruturação espaço-temporal, relaxação global segmentária e associada com a respiração e ainda desenvolvimento da noção de velocidade e força.

O esporte proporciona ainda, a liberação de sentimentos como agressividade, medo, frustração, repressão, provocando uma participação em atividades esportivas na escola, em casa e na comunidade, experimentando assim, a satisfação, a auto-realização, a ajuda recíproca, a alegria, a auto-confiança, assumindo assim, uma posição mais positiva em relação a si mesmo e aos outros. Através deste conhecimento, torna-se possível ressaltar a importância do esporte no comportamento social dos deficientes mentais como membros de uma comunidade e rompe com os preconceitos que isolam do meio social a que pertencem.

É de reconhecimento geral que todo e qualquer processo educacional procura, em sua essência, atender adequadamente às necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais da população a que se destina.

Para estruturar-se programas de Educação Física Adaptada que atendem as reais necessidades do indivíduo portador de deficiência visual, várias abordagens são possíveis, ressaltando nesta condição o desporto inserido neste processo.

Um deficiente pode praticar basquete, vôlei, futebol, atletismo, natação, ginástica e outros, desde que algumas adaptações sejam feitas para seu total acesso à atividade esportiva.

Para que a atividade esportiva alcance realmente número significativo e cumpra o seu papel na formação desde homem que esperamos, é necessária que ela seja facilitada no acesso de material, e incentivada desde a mais tenra idade.

O desporto deve ser encarado como meio de visualizar se a segurança, a igualdade, o respeito próprio e com o outro, a aceitação, o desenvolvimento psicomotor e a condição de sentir-se capaz e de grande valor no plano social.

O desporto para esta população deve ter fins formativos, voltado ao desenvolvimento e não pragmático, como é possível perceber na maior parte das

vezes. Por isso, este tópico é importante para que se saiba o papel do desporto nas aulas de educação física.

2.3.2. Educação Física para o deficiente visual

A educação física, enquanto área do conhecimento, deve ser entendida como uma prática educacional, inserida num projeto pedagógico global e também como parte efetiva na contribuição para a ampliação da consciência social e crítica dos alunos, tendo em vista a sua participação ativa na prática social, consciente.

A adequação das atividades motoras em função das características, necessidades e interesses individuais ou de grupo, devem ser efetuada, considerando-se os níveis de regularidade, intensidade e duração da participação, cujos princípios já se encontram também definidos através de investigações científicas, caracterizando assim a educação.

A educação física adaptada foi criada com o objetivo de propiciar o desenvolvimento motor e físico do aluno, o desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento e a aquisição de habilidades especiais. Para tanto, os professores precisam identificar as necessidades e capacidades individuais, compreender o processo de desenvolvimento que se dá no decorrer da vida de cada um de seus alunos e priorizar metas a longo prazo, já que todo o seu trabalho fará parte de um longo processo. (OLIVEIRA, 1994, p. 10).

Em geral, a educação física adaptada, através de seu programa, deve enfatizar o desenvolvimento das respostas sensório-motoras e conter desafios a todos os alunos, de maneira que todos participem, respeitando obviamente as limitações individuais. É importante que todo o trabalho propicie a autonomia e o domínio motor, não causando frustrações nos alunos mais comprometidos em nível motor.

Segundo ROSADAS (1991), a educação física especial apresenta algumas metas como: estímulo ao desenvolvimento, possibilitar ao aluno condições de desenvolver seu potencial criativo e espontâneo, possibilitar criar situações que se pareçam com as situações reais da vida, aproximar o deficiente do convívio comunitário e auxiliar na plena integração afetivo-social.

As pessoas que apresentam problemas visuais podem usufruir dos mesmos prazeres com as atividades físicas quanto às pessoas com visão normal. Entretanto, para participarem com êxito de uma série de atividades, necessitam de equipamentos especiais que emitam sinais eletrônicos sonoros, ou então, dependem da presença de uma pessoa com visão normal para lhes transmitir as informações necessárias. Mas, antes de iniciar qualquer tipo de atividade, é preciso dar a oportunidade a ele de, toda vez que for levado a um ambiente desconhecido, explorar este ambiente, dando voltas ao lado de uma pessoa que veja, para que esta lhe passe as informações necessárias.

Desta forma, a atividade física para o deficiente visual é de suma importância. MENESCAL (1990) afirma que a estimulação essencial, a psicomotricidade, a educação física e a orientação e mobilidade constituem a área de educação psicomotora da pessoa portadora de deficiência visual. Embora abrangendo o desenvolvimento cognitivo, social-afetivo e sensorial, sua ênfase, por necessidade trazida pela caracterização do grupamento, está intimamente ligada ao domínio psicomotor do desenvolvimento humano.

E ainda, a atividade física proporciona à criança com deficiência visual, o conhecimento do seu eu físico, o reconhecimento das partes de seu corpo, o desenvolvimento de todas as capacidades físicas e, principalmente, a integração social, a autoconfiança, a alegria pelo movimento e a conseqüente melhoria da independência,

Mas para que isso ocorra, é imprescindível alguns cuidados, pois, segundo BUENO e RESA (1995) "a educação física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da educação física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente". Portanto, conforme NABEIRO (1992 in DE PAU, 1996), o programa da atividade física deve: - estar fundamentado basicamente na identificação das necessidades e capacidades de cada indivíduo; - na compreensão dos processos de desenvolvimento que ocorre durante sua vida; - no estabelecimento de metas; - permitir a participação de todos; - propiciar desafios e autonomia; - evitar situações frustrantes; - respeitar suas limitações; -

ênfatar seu potencial no domínio motor; - adequar os recursos materiais e avaliar seu desempenho durante todo o processo.

É preciso levar em conta, na deficiência visual, a dificuldade de locomoção, coordenação e equilíbrio. Para isso, pode-se utilizar de exploração do meio físico, adaptações no programa de materiais, trabalho motor com ênfase em orientação espacial e equilíbrio.

Devem ser estimulados os jogos e esportes vigorosos e ativos para as crianças com pouca ou nenhuma visão. Algumas das atividades mais comuns para cegos são, segundo ADAMS (1985): boliche, luta, natação, pesca, equitação, atividades com bola, ginástica, futebol, basquete e caminhadas a pé, dentre outros. É preciso que hajam algumas adaptações para possibilitar a pessoa cega capaz de participar junto com os demais.

O professor de educação física deve determinar as necessidades do aluno com deficiência visual, como desenvolvimento dos músculos esqueléticos, melhora do equilíbrio, desenvolvimento da marcha, capacidade de correr e de realizar movimentos de locomoção e correção da postura. Na aula de educação física, alguns alunos com visão normal podem compartilhar algumas destas necessidades, auxiliando o aluno com deficiência visual e participando junto.

Aproximadamente dois terços das crianças cegas (ou 8000) que freqüentam escolas públicas, não têm aulas de educação física que incluam exercícios vigorosos, ainda que suas aptidões físicas também devam ser desenvolvidas. Os testes de aptidão física comuns, com exercícios de extensão, exercícios de flexão, não precisam ser modificados para crianças cegas. Os indivíduos com deficiência visual podem competir com indivíduos normais quando são usadas as escalas de Buell. Estas escalas se baseiam no fato de que as crianças cegas têm um desempenho semelhante ao das crianças normais em muitas atividades, e discretamente abaixo do normal em outras, como a corrida. (ADAMS, 1985, p. 173).

Para os alunos completamente cegos, a demonstração visual não tem nenhum valor, e em muitos casos, a descrição verbal tem pouco significado. É importante compreender que estes alunos podem compreender o significado de algumas habilidades motoras complexas, "sentindo" o movimento. Como a demonstração deve ser individual, é lenta. Entretanto, o professor deve ter paciência e dar ao aluno orientação e confiança necessárias. Durante as

instruções em grupo, é comum a formação de filas e a bola é passada para a frente e para trás, sempre em movimentos lentos.

Existem muitas atividades em grupo de organização simples, que não necessitam de modificações. Entretanto, é importante que as atividades incluam sons, de modo que o aluno possa identificar os companheiros pelo som de suas vozes.

Os alunos que usam óculos devem usar protetores durante as atividades físicas violentas.

A orientação é o processo que utiliza os sentidos remanescentes para perceber a posição do indivíduo e sua relação com os outros objetos significantes do meio ambiente. O aluno cego deve desenvolver uma imagem mental de seu meio para se mover de modo seguro e eficiente. O professor de educação física deve tornar o meio passível de contribuir com o aprendizado conforme algumas observações.

Estas observações são: o aluno cego deve ter uma direção ou trajetória dos lugares mais utilizados por ele na escola. Ele deve se familiarizar com o ambiente e um colega pode ser designado para ajudá-lo nos primeiros dias. Entretanto, ele deve se tornar independente e capaz de se locomover sozinho tão logo seja possível.

Convém escolher atividades que não prejudiquem o aluno com deficiência visual em favor do aluno sem deficiência.

A disposição dos participantes em círculo ou em fileira permite manter o grupo junto.

Os alunos com deficiência visual podem manter contato entre si, contando ou batendo palmas.

O professor deve sempre indicar o local que ele se encontra, além de informar o grupo sobre o que os outros estão fazendo.

Convém colocar chocalhos ou sinetas dentro das bolas, para que os alunos possam acompanhar os seus movimentos e as bolas destinadas aos com visão parcialmente preservada devem ser macias, pintadas de branco e maiores que as bolas normais.

O professor precisa falar em voz alta, para poder guiar o grupo e as atividades rítmicas e com música são extremamente motivantes. São estes os cuidados necessários para a prática da educação física para alunos com deficiência visual.

Portanto, torna-se importante desmistificar a educação física para portadores de visão reduzida e cegos como sendo função exclusiva de profissionais altamente especializados e/ou daqueles dotados de um "dom" especial. Todo o professor de educação física pode atuar na área, desde que tenha algumas informações básicas, estas, infelizmente, ainda hoje são repassadas em um número muito pequeno de escolas superiores de educação física, em nível de graduação.

Ao buscar despertar interesse e reflexões quanto a importância, validade e oportunidade da educação física das pessoas portadoras de deficiência visual e contribuir com o trabalho daquelas que já atuam na área, é preciso trazer a tona a compreensão de ser o corpo e o movimento do aluno portador de deficiência visual elementos básicos para a formação do seu mundo, a efetiva integração e a potencialização do pleno exercício da cidadania.

3.0 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizou-se por um estudo descritivo e exploratório, com o objetivo de verificar a participação do aluno com deficiência física nas aulas de educação física, bem como o preparo do professor de educação física para atender a este aluno.

O universo de pesquisa foi de seis escolas, sendo cinco com alunos com deficiência visual e uma não.

Como instrumento de pesquisa para a obtenção dos dados, foi utilizado um questionário. Este, apresentou dois tipos, os quais foram direcionados para: professores de educação física (ver anexo 1) e alunos com deficiência visual (ver anexo 2).

Para os professores de educação física, o objetivo foi verificar o seu preparo para receber o aluno com deficiência visual em suas aulas. Esta, para a pontuação e verificação dos resultados, foi dividida em professores de educação física que têm alunos com deficiência visual em suas aulas e professores de educação física que não têm alunos com deficiência visual.

Para os alunos com deficiência visual, o objetivo foi verificar se participam ou não das aulas de educação física e como acontece a inclusão dele nas aulas.

A validade do instrumento deu-se através da análise de dois professores especializados da Universidade Federal do Paraná.

A análise dos dados se deu por meio de frequência e porcentagem.

4.0. RESULTADOS

Analisando-se os quatro professores que apresentam alunos com deficiência visual em suas aulas de educação física, encontra-se:

Sobre a primeira pergunta, relacionada à formação dos professores, os quatro (100%) são formados em educação física e apenas um (25%) tem pós-graduação.

Sobre a segunda pergunta, relacionada à existência de cursos adicionais na área de educação física, três (75%) responderam que têm. Desses, dois não lembram qual e um respondeu que é pós-graduando em Avaliação e prescrição de programas de exercícios físicos.

Na terceira pergunta, sobre o tempo que leciona, dois (50%) responderam três anos, um (25%) respondeu dezesseis anos e um (25%) respondeu sete anos.

Em relação à quarta pergunta, que é sobre se os professores já receberam alunos com deficiência visual em suas aulas de educação física, os quatro (100%) responderam que sim.

Sobre a quinta pergunta, relacionada a sua capacidade de ministrar aulas de educação física para alunos com deficiência visual, um (25%) respondeu que não é capaz de ministrar aulas de educação física para alunos com deficiência visual devido às barreiras arquitetônicas apresentadas pela escola. Três (75%) responderam que são capazes pois a educação física é um direito de todos, sem distinção e destes 75%, um respondeu ainda que tem preparo para atuar com alunos com deficiência visual.

A sexta pergunta questiona sobre o embasamento de qual grupo as aulas de educação física acontecem. Conforme as respostas, 50% (dois) responderam que as aulas são baseadas no aluno com visão normal e 50% (dois) responderam que são baseadas no grupo como um todo.

Sobre a inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física em turmas regulares, que era o objetivo da questão sétima, os quatro (100%) responderam que é difícil mas pode ser trabalhada.

Na questão oitava, a qual procura verificar sobre como deveria ser a inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física, no ensino regular, um (25%) respondeu que esta não deve existir. Um (25%) também, respondeu deveria ter um curso de capacitação antes da chegada deste aluno. Dois (50%) responderam que é preciso receber o aluno e aos poucos inclui-lo nas aulas. Mas, juntamente com isso, responderam que é preciso fazer estágio numa escola especial.

Sobre a nona questão, em relação ao respeito às limitações do aluno com deficiência visual, um (25%) afirmou que não há respeito e três (75%) responderam que há respeito ao limite.

E sobre a última questão, sobre a capacitação do professor de educação física para a prática da inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, um (25%) respondeu que o professor está capacitado e três (75%) responderam que o professor de educação física não está capacitado porque a escola não oferece condições físicas para esta prática.

A outra tabulação referiu-se aos professores de educação física, mas que não têm alunos com deficiência visual em suas aulas de educação física. Foram questionados cinco professores e as respostas obtidas foram:

Na pergunta um, os cinco (100%) professores são formados em educação física e dois (40%) responderam que apresentam pós-graduação, uma delas sendo em Psicomotricidade.

Na questão dois, os cinco (100%) também responderam que têm cursos adicionais na área de educação física.

A questão três, relativa ao tempo de licenciatura, dois (40%) estão há vinte e cinco anos no magistério, um (20%) a doze anos, um (20%) a dez anos e um (20%) a nove meses.

Sobre a questão quatro, os cinco (100%) afirmaram que não receberam nenhum aluno com deficiência visual em suas turmas de aula de educação física.

Na questão cinco, todos (100%) se julgam capaz de ministrar aulas de educação física para alunos com deficiência visual pois é uma disciplina de direito de todos.

Sobre a questão seis, na qual questiona-se que as atividades devem ser baseadas em que grupo, cinco (100%) responderam que deve ser no grupo como um todo.

Na questão sete, a qual preconiza a visão da inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física na rede regular, cinco (100%) responderam que é difícil, mas pode ser trabalhada e ainda, um respondeu juntamente que é impossível pois não há preparo do professor, da escola e dos demais alunos.

Sobre a oitava questão, como houveram três respostas utilizadas e eles responderam em mais de uma alternativa, verifica-se: quatro vezes responderam que é necessário ter um curso de capacitação antes da chegada deste aluno; uma vez responderam que é preciso fazer um estágio numa escola especial e três vezes responderam que é preciso receber o aluno e aos poucos inclui-los nas aulas.

Na nona questão, que verifica o respeito aos limites dos alunos com deficiência visual, quatro (80%) responderam que há o respeito e um (20%) respondeu que não há o respeito pelos limites do aluno com deficiência visual.

E na última questão, quatro (80%) responderam que o profissional de educação física não está capacitado para a prática da inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, em decorrência da falta de preparo para receber o aluno com necessidades especiais; um (20%) respondeu que não está capacitado porque a escola não oferece condições físicas para esta prática.

A tabulação relativa ao aluno com deficiência visual, num número de cinco, encontrou-se:

Na primeira pergunta questionou-se sobre o tempo de estadia na escola, quatro (80%) responderam que entraram em 1998 e um (20%) respondeu que já está há três anos.

Na segunda pergunta, que questiona o tempo de participação nas aulas de educação física, quatro (80%) responderam que não participam ou que participam somente de aulas teóricas e um (20%) respondeu que faz três anos que participa.

A terceira questão relaciona os motivos da escolha por aquela escola em que estavam. As sentenças de: é próximo da sua casa, o acesso à escola é fácil e por receber alunos com deficiência visual foram escolhidos pelos cinco (100%). Já a sentença por ser uma ótima escola foi escolhida três (60%) vezes. E, finalmente, a sentença por ter bastante amigos estudando aqui foi escolhida duas (40%) vezes.

Sobre o preconceito percebido por eles em relação à deficiência, que é questionada na quarta questão, dois (40%) responderam que não notaram preconceito e três (60%) responderam que notaram preconceitos como: cego é coitado, não tem capacidade.

Na questão sobre o preparo da escola no recebimento do aluno com deficiência visual, dois (40%) responderam que a escola está preparada e três (60%) responderam que não está preparada pois falta entrosamento da turma.

Na sexta pergunta, sobre como acontece o relacionamento do aluno com deficiência visual na escola, a sentença há dificuldade, pois não tenho amigos, apareceu quatro vezes; a sentença tenho dificuldade por causa do preconceito apareceu três vezes, a sentença tenho dificuldades pois há barreiras arquitetônicas apareceu duas vezes, a sentença não há dificuldades pois tenho muitos amigos que me auxiliam apareceu uma vez, a sentença não tenho dificuldade pois a escola me oferece apoio apareceu três vezes e a sentença não tenho dificuldades pois a escola está preparada para me receber apareceu duas vezes.

Sobre a sétima questão referente à frequência ao ensino especializado, os cinco (100%) responderam que freqüentam.

Na questão oito, que relaciona quais as atividades que eles mais gostam de fazer na educação física, encontra-se: a sentença atividades com bola foi escolhida pelos cinco; a sentença atividades de mesa foi escolhida por quatro; a sentença ginástica foi escolhida por dois; a sentença praticar esportes foi escolhida por dois; a sentença atividades recreativas foi escolhida por um; e a sentença dança foi escolhida por um.

Na nona questão, que questiona qual a maior dificuldade nas aulas de educação física, a sentença as atividades foi escolhida pelos cinco como a de

maior dificuldade; a sentença sua própria limitação foi escolhida por quatro; e a sentença preconceito foi apontada por três.

Na última questão sobre se a realização das aulas de educação física atendem aos interesses e capacidades dos alunos com deficiência visual, os cinco (100%) responderam que não atendem aos interesses e capacidades deles.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com esta pesquisa, é possível verificar que os professores de educação física – dentre todos os questionados – nenhum têm preparo, curso ou estágio na área especial. Dessa forma, se a inclusão está ocorrendo, os professores estão aprendendo na prática, com os alunos incluídos.

É notável a diferença de resposta dos professores que têm alunos com deficiência visual e dos que não têm.

Os que não têm alunos com deficiência visual em suas turmas, acham que a educação física é um direito de todos, por isso acham-se capacitados para trabalharem com esta clientela. Mas, continuam em suas respostas, afirmando que as atividades são baseadas no grupo como um todo, o que na teoria deve acontecer e que a inclusão é difícil mas pode ocorrer.

Só que há uma contradição. Afirmando ainda os que não têm alunos incluídos, que a inclusão deve ocorrer aos poucos e quando o aluno estiver já em sua aula, mas, por outro lado, que o professor de educação física ainda não está preparado para receber alunos com necessidades especiais, que necessita de um estágio em escola especial e cursos de capacitação. Portanto, é imprescindível preparar, primeiramente, o professor e a escola para receber este aluno.

Já a análise do questionário dos alunos, é possível constatar, pelo resultado da pesquisa, que os alunos não estão participando das aulas de educação física, a não ser quando é na sala ou jogos como dominó e dama, pois são atividades individuais e as atividades que são realizadas nas aulas de educação física não atendem aos interesses e capacidades dos alunos com deficiência visual. E ainda, por serem as atividades desenvolvidas nas aulas a maior dificuldade destes alunos.

Ainda há preconceito em relação ao deficiente visual no ensino regular por parte dos outros alunos, haja visto que eles não foram preparados para a inclusão, chegando até a zombar dos deficientes visuais. Talvez este fato seja explicado por estarem freqüentando a escola a menos de um ano e também por a escola ainda não estar preparada para recebê-los, como é apontado por eles.

Sobre o relacionamento do aluno com deficiência visual na escola, as sentenças negativas apareceram mais vezes, principalmente no que se refere aos demais alunos da escola. Já sobre a escola em si, há apontamentos que ela está auxiliando. Portanto, novamente é possível perceber a discriminação por parte dos alunos com visão normal.

Todos freqüentam ensino especializado e dentre as atividades que mais gostam estão as atividades com bola e os jogos de mesa, talvez por já desenvolverem no ensino especializado.

Após está análise e discussão, deixa-se um questionamento:

Será que o professor de educação física do ensino regular, se o aluno com deficiência visual não freqüentasse ensino especializado e se este chegasse como chega um aluno sem deficiência na escola, com pouco desenvolvimento e aprendizagem motora, conseguiria fazer com que este aluno, por exemplo, jogasse bola? Ou será que ele faz isto na sua aula porque já foi trabalhado no ensino especializado?

5.0 CONCLUSÃO

Ao longo da história do homem sobre a terra, a deficiência sempre existiu e a rejeição ao deficiente vem sendo uma constante. Primitivamente matava-se física ou socialmente, pela segregação. Povos houveram, que fizeram dos deficientes abandonados à parte do templo ou isolados em uma instituição assistencial mantida por esmolas, objetos de uma falsa caridade porque, através do dinheiro doado é que os mantinham isolados em um asilo, comprava-se o conforto visual, o silêncio acusatório da consciência e pensava-se comprar o passaporte para o céu.

A perda total ou parcial da visão não significa que está impedido da prática da educação física escolar. Pelo contrário, há uma necessidade destas atividade devido não enxergar, os seus espaços de locomoção ficam limitados. A sua postura sofre alterações devido o uso da bengala, a integração com os demais segmentos da sociedade ficam restritos à família e amigos cegos.

A educação física é a primeira porta que a criança cega pode usar para prevenir a deficiência secundária, aumentar seu círculo de amizade, derrubar as barreiras discriminatórias. Esta prática leva o organismo a aumentar suas capacidades motoras, cardio-respiratórias e posturais, além de melhorar a autoestima.

Podem praticar qualquer esporte, desde que haja uma adaptação sonora. Desta forma os praticantes deverão ter conhecimento das regras, suas posições na quadra e de seus companheiros (quando coletivo) e um mapa mental da quadra. Já para a prática do atletismo há a necessidade de um guia para seu auxílio. A recreação é a hora na qual as pessoas com deficiência visual descobrem suas potencialidades, pois irão testar muitas vezes, o que aprenderam. E todas as atividades, sejam elas recreativas, lazer, jogos, devem proporcionar prazer, aprendizado e segurança para que todos possam crescer com respeito.

Com estas colocações e analisando-se os questionários, é possível verificar que ainda há preconceito em relação ao aluno portador de deficiência

visual, principalmente pelos outros alunos da escola. Há também, um despreparo da escola em receber e atender este aluno, seja despreparo físico, seja humano, pois as pessoas não sabem como agir com este aluno.

Outra conclusão a que se pode chegar é que muitos professores de educação física se acham capazes de atender o aluno com deficiência visual, mas muitos deles não sabem nem o que é uma orientação. Afirmam isso porque não têm alunos com deficiência visual em suas turmas. Portanto, o discurso deles é uma coisa mas jamais foi posto em prática.

Por outro lado, a conclusão a que se pode chegar sobre os alunos com deficiência visual, é que não participam das aulas de educação física, em alguns casos por não haver adaptação da escola, do material, do professor e dos demais alunos. Em outros casos, até que iniciaram nas aulas e tinham auxílio dos demais alunos, mas no decorrer, foram ficando de lado e não mais participando das aulas de educação física.

Por fim, a inclusão está imposta, mas de forma incorreta. É preciso primeiramente preparar o professor, a escola e os demais alunos para então incluir o aluno com deficiência visual.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Este questionário servirá para o levantamento de dados, que será utilizado na elaboração de monografia de final do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPr.

TEMA: A inclusão do aluno portador de deficiência visual nas aulas de educação física no ensino regular de 1º grau da rede pública.

ACADÊMICO: André Justino Alves

1- Qual a sua formação?

- Magistério Sim Não
- Licenciatura Educação Física Sim Não
- Pós-graduação Sim Não - Qual:

2- Apresenta cursos adicionais na área de educação especial?

- Sim – Qual:
- Não

3- Há quanto tempo leciona aulas de educação física?

4- Já recebeu algum aluno com deficiência visual em suas turmas?

5- Você se julga capaz de ministrar aula para o aluno com deficiência visual?

- Sim, porque tenho preparo para atuar com alunos com deficiência visual
- Sim, porque me identifico com alunos com deficiência visual
- Sim, porque a educação física é um direito de todos, sem distinção
- Não, porque não tenho preparo para atuar com alunos com deficiência visual
- Não, porque não tenho interesse em atuar com alunos com deficiência visual
- Não, porque a escola apresenta barreiras arquitetônicas

6- As atividades dadas em aula são baseadas em que grupo?

- No aluno com deficiência visual
- No aluno com visão normal
- No grupo como um todo

7- Como você vê a inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física em turmas regulares?

- Não existe
- É difícil mas pode ser trabalhada
- É impossível por causa do preconceito
- É impossível pois não há preparo do professor, da escola e dos demais alunos
- Permanece tudo igual

8- Como você acha que deveria ser a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular?

- Ter um curso de capacitação antes da chegada deste aluno
- Fazer estágio numa escola especial
- Receber o aluno e aos poucos inclui-lo nas aulas
- Não deve existir

9- Nas aulas de educação física, há respeito com as limitações do aluno com deficiência visual?

- Sim
- Não

10- Você acha que o profissional de educação física, em geral, está capacitado para a prática da inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular?

- Sim
- Não, porque não teve preparo para receber o aluno necessidades especiais
- Não, porque a escola não oferece condições físicas para esta prática
- Não, porque sua formação só visa resultado e performance
- Não, porque sua condição psicológica não permite

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este questionário servirá para o levantamento de dados, que será utilizado na elaboração de monografia de final do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPr.

TEMA: A inclusão do aluno portador de deficiência visual nas aulas de educação física no ensino regular de 1º grau da rede pública.

ACADÊMICO: André Justino Alves

1- Há quanto tempo está nesta escola?

2- Há quanto tempo participa das aulas de educação física?

3- Quais os motivos que o levaram a escolher esta escola?

- Foram seus pais que escolheram
- É próximo da sua casa
- O acesso à escola é fácil
- Tem bastante amigos estudando aqui
- Por ser uma ótima escola
- Por receber alunos com deficiência visual

4- Notou algum preconceito em relação a sua deficiência?

- Sim Não - Quais:

5- Você acha que a escola está preparada para receber o aluno com deficiência visual?

- Sim Não - Por que:

6- Como acontece o relacionamento do aluno com deficiência visual na escola

- Não há dificuldade, pois tenho muitos amigos que me auxiliam
- Há dificuldade, pois não tenho muitos amigos
- Tenho dificuldade por causa do preconceito
- Não tenho dificuldade pois a escola me oferece apoio
- Tenho dificuldade pois há barreiras arquitetônicas
- Não tenho dificuldades pois a escola está preparada para me receber

7- Você freqüentou ou freqüenta ensino especializado para atender melhor e orientar as suas necessidades especiais?

- Sim, freqüentei
- Sim, freqüento
- Não freqüento
- Nunca freqüentei

8- Quais as atividades que mais gosta de fazer nas aulas de educação física?

- Atividades com bola
- Ginástica
- Atividades de mesa (xadrez, dominó, dama, trilha)
- Atividades recreativas
- Dança
- Praticar esporte

9- Qual a sua maior dificuldade nas aulas de educação física:

- acesso
- preconceito
- as atividades
- barreiras atitudinais (professores, colegas, funcionários)
- sua própria limitação

10- Você acha que as atividades realizadas nas aulas de educação física atendem aos seus interesses e capacidades

- Sim
- Não

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Ronald C. *Jogos, esportes e exercícios para p deficiente físico*. Trad. Angela G. Marx. 3 ed. São Paulo: Manole, 1985.
- BAGATINI, Wilson. *Educação física para deficientes*. Porto Alegre: Sagra, 1982.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Laramara, 1997.
- BUENO, S. T. e RESA, J. A. Z. *Educacion física para niños y niñas con necesidades educativas especiales*. Malaga: Aljibe, 1995.
- CARMO, Apolônio do. *Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina*. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1993.
- DE PAU, Lilian Biglia. Monografia de pós-graduação, 1996.
- KIRK, Samuel A. & GALLAGHER, James J. *Educação da criança excepcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e atos complementares.
- LUCENA, Noelma. *Deficiente visual: formação, desenvolvimento e influências*. Tese de mestrado. Faculdade de Ciências da Saúde do Instituto de Porto Alegre da Igreja metodista, 1985.
- MATOS, Margarida Gaspar de. *Corpo, movimento & socialização*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- MEC / SEESP. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: a secretaria, 1994.
- MENESCAL, Antonio. *Atividades físicas adaptadas ao deficiente visual*. In Anais do Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada. São Paulo, 1990.
- _____. *A criança cega seu corpo e seu mundo*. Uberlândia: Apostila do curso de Pós-graduação "Latu Sensu": UFU, 1992.

- OLIVEIRA, Maria Teresa Fuck de. *Natação para crianças portadoras de deficiência visual total, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade*. Monografia. Curitiba: PUC-PR, 1994.
- RIBEIRO, Regina Helena de Araújo & LARBI, F. Le Moing Ben. *A educação psicomotora dos cegos*. In Revista SPRINT. Rio de Janeiro; Sprint, nov/dez,
- RODOVALHO, Solange. *Deficiência visual: abordagem educacional*. Monografia. Uberlândia: UFU, 1990.
- ROSADAS, Sidney de Carvalho. *Educação física especial para deficientes*. 3 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1991.
- ROSALES, Antonio Soto (ed). *Educación física en niños con necesidades educativas especiales: actas de las terceras Jornadas de Educación Física en la Escuela*. Huelva: Universidad, 1996.
- SANTOS, Leloir. *A importância da educação física escolar para os alunos de classe especial do Centro de Educação Integral Romário Martins*. Monografia. Curitiba: PUC-PR, 1994.
- SEED / DEE. *Fundamentos teórico-metodológicos para a educação especial*. Curitiba: Departamento de Educação Especial, 1994.